

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	11
NOTA INTRODUTÓRIA.....	13
<b>1. O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....</b>	<b>21</b>
1.1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	21
1.2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS SIGNIFICADOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	22
1.3. CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS .....	31
1.4. O ESCORÇO HISTÓRICO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS...	39
1.5. O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 FRENTE AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	52
<b>2. AS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS NO DIREITO BRASILEIRO ...</b>	<b>72</b>
2.1. O ESCORÇO HISTÓRICO DA RESPONSABILIZAÇÃO DO ADOLESCENTE A PARTIR DO SÉCULO XX: DO DECRETO N. 16.272 DE 1923 À LEI Nº 8.069 DE 1990 .....	72
2.2. AS ABORDAGENS CONCEITUAIS E A NATUREZA JURÍDICA DO ATO INFRACIONAL E DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS .....	89
2.3. AS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	97
2.3.1. Advertência .....	98
2.3.2. Obrigação de reparar o dano .....	100
2.3.3. Prestação de serviços à comunidade .....	101
2.3.4. Liberdade assistida.....	102
2.3.5. Regime de semi-liberdade.....	104
2.3.6. Internação .....	105
2.4 BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO BRASILEIRO .....	109

3. O PODER JUDICIÁRIO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL .....	117
3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	117
3.2 O PODER JUDICIÁRIO COMO GARANTIDOR DAS AÇÕES DOS DEMAIS PODERES.....	120
3.3 O PODER JUDICIÁRIO E O RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA NOS SEUS PROCEDIMENTOS E DECISÕES .	131
3.3.1 O Judiciário e os seus procedimentos .....	131
3.3.2 O Judiciário e as suas decisões.....	136
3.3.3 O Judiciário e a execução das medidas sócio-educativas	142
3.4 O PODER JUDICIÁRIO E SUA ESTRUTURA NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE .....	145
3.4.1 Breve retrato da estrutura do Poder Judiciário em Santa Catarina .....	153
3.4.2 A realidade trazida pelo levantamento da ABMP com ênfase no Estado de Santa Catarina.....	157
CONCLUSÕES .....	175
REFERÊNCIAS.....	181
ANEXO A – ACÓRDÃO – SUSPENSÃO DE LIMINAR 235 - TOCANTINS .....	190